



**IDENTIDADE CULTURAL, ALTERIDADE E RESISTÊNCIA NO PERÍODO  
PÓS-APARTHEID NA OBRA *DISGRACE* DE J. M. COETZEE (1999)**

**CULTURAL IDENTITY, OTHERNESS AND RESISTANCE IN THE POST-  
APARTHEID IN THE WORK *DISGRACE* FROM J. M. COETZEE (1999)**

Ruane Maciel Kaminski Alves<sup>1</sup>  
Rogério Ivano (orientador)<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como proposta a análise do romance sul-africano *Disgrace* (1999), traduzido para o português como *Desonra* (2000) por José Rubens Siqueira pela editora Companhia das Letras. O romance trata do mundo pós-colonial marcado pelas injustiças do apartheid e revela novas relações sociais, marcadas pela inversão do poder anteriormente pertencente a minoria branca descendente europeia. A análise será realizada a partir dos conceitos de Identidade Cultural, Alteridade e Resistência propostos por Homi Bhabha (2003), Stuart Hall (2002), Bosi (2004) e Thomas Bonicci (2009).

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura colonial, pós-colonialismo, resistência, literatura.

**ABSTRACT:** This paper aims at the analysis of the South African novel *Disgrace* (1999), translated into Portuguese as *Desonra* (2000) by José Rubens Siqueira published by Companhia das Letras. The novel deals with the post-colonial world marked by injustices of apartheid and reveals new social relations, marked by a reversal of the power formerly belonging to minority white European descendant. The analysis will be performed based on the concepts of Cultural Identity, Otherness and Resistance proposed by Homi Bhabha (2003), Stuart Hall (2002), Bosi (2004) and Thomas Bonicci (2009).

**KEYWORDS:** Colonial Culture, Post-colonialism, resistance, literature.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta a análise do romance sul-africano *Disgrace* de J. M. Coetzee (1999), traduzido para o português como *Desonra* por José Rubens Siqueira em 2000 pela editora Companhia das Letras<sup>3</sup>. O livro está envolto no contexto do mundo pós-

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina. [ruanekaminski@gmail.com](mailto:ruanekaminski@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2005). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

<sup>3</sup> COETZEE, J. M. *Desonra*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

colonial marcado pela injustiça e pelo deslocamento do homem branco no mundo sul-africano, e também no microcosmo do homem branco que explora a mulher negra e vê-se em um estado de “decadência” e da mulher branca violentada pelo negro.

Busca-se um diálogo do texto literário com o contexto histórico e social, através de uma leitura partindo dos conceitos de identidade, alteridade e resistência, expostos por Homi Bhabha (2003)<sup>4</sup> e Stuart Hall (2002)<sup>5</sup>, Bosi (2002)<sup>6</sup> e Thomas Bonicci (2009)<sup>7</sup>, entre outros. A partir das novas definições de identidade cultural, expressas por Hall (2002), pode-se pensar em uma descentralização das noções modernas do termo, que o autor atribui como “crise de identidade”, na qual as identidades pessoais, individuais e sociais estão deslocadas para uma nova tendência que possibilita pensar em variados grupos identitários não excludentes e fluidos. A identidade será pensada, portanto, como transformada continuamente pelos construtos sociais, definida historicamente e não biologicamente.

A partir dos anos 90, as pesquisas acerca da cultura se desenvolveram e ganharam um novo enfoque, com a inclusão das “culturas marginais” e das minorias, desbancando a ideia de cultura elitista, conforme estudos de Johnson, Escoteguy, Schulman citados por Moema Parente Augel, (2007)<sup>8</sup>.

Augel, em *O desafio do Escombros*, afirma que

A arte literária africana tradicionalmente encerra, de modo claro ou subliminar, referências ou intenções didáticas. Obras que criticam o *status quo*, satirizam o abuso do poder e os atentados contra a ordem social carregam consigo a intenção de levar a uma mudança, a um melhoramento de postura ética. Assim, a literatura assume muitas vezes, na África, também uma função utilitarista e desempenha o papel de regulador social. (AUGEL, 2007, p.30).

A literatura, para Zilá Bernd em *Literatura e Identidade Nacional* (2003)<sup>9</sup>, assume uma função fundamental na elaboração da consciência nacional ao preencher os “espaços vazios da memória coletiva e fornecer os pontos de ancoramento do sentimento de identidade, essencial ao ato de auto-afirmação das comunidades ameaçadas pelo rolo compressor da assimilação” (BERND, 2003, p.15).

---

<sup>4</sup> BHABHA, Homi. O local da cultura. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

<sup>5</sup> HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

<sup>6</sup> BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>7</sup> BONNICI, Thomas (org). Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais. Maringá: Eduem, 2009.

<sup>8</sup> AUGEL, Moema P. O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura de Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamons, 2007.

<sup>9</sup> BERND, Zilá. Literatura e identidade nacional. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

A discussão proporcionada com a pós-modernidade<sup>10</sup> abriu espaço para pesquisas sobre identidade, alteridade e resistências nas literaturas e na cultura. Pode-se refletir sobre a literatura de Coetzee a partir da ideia de que as produções culturais, em especial a literatura, ao lidar com palavras, metáforas e imagens, fornecem elementos para a criação de uma subjetividade acerca da identidade e da nacionalidade, em especial, pensando nacionalidade no viés da resistência pós-colonial, o que inclui a ideia de alteridade.

A formulação das imagens de identidade e as práticas de resistência empregadas pelos literatos africanos pós-coloniais atuam em um processo, definido por Bhabha (2003), produzido em um “terceiro espaço cultural que se forma no contato com a alteridade” (BHABHA, 2003, p. 67). É nesse espaço de diferença que se abrem as possibilidades e percebe-se que os significados e as identidades possuem resíduos de outros significados e identidades.

No caso da obra *Desonra* (2000), é evidente a condição do homem branco na nova sociedade *pós-apartheid*, que transformou a antiga superioridade branca em minoria e o sujeitou à condição de excluído, na qual necessita se adequar a nova sociedade da África do Sul. A Lei de Terras de 1913, que concedia 87% das terras à minoria branca, foi revogada em 1995 e deu início a mudança no poder. Esta mudança no poder é notada no livro com a reviravolta na condição de David, personagem central que, após uma denúncia por ter abusado de sua aluna, é demitido e tem que se mudar para a área rural com sua filha. Vê-se, agora, em uma condição de dependência e, mesmo, decadência.

## **IDENTIDADE CULTURAL, ALTERIDADE E RESISTÊNCIA NO PERÍODO PÓS-APARTHEID NA OBRA *DISGRACE* DE J. M. COETZEE (1999)**

O presente trabalho possui relevância histórica na situação política, social e cultural da África do Sul pós-apartheid, na qual o homem branco representa uma figura deslocada e agente da exploração e subjugação dos negros durante o período colonial. *Desonra* (2000) pode ser lido como uma literatura pós-colonial, na qual reside a função de

---

<sup>10</sup> Embora muitos autores usem variados conceitos para discorrer sobre o fenômeno chamado “pós-modernidade”, uma ideia une todos eles, a mudança: “o conceito de pós-modernidade faz parte do pensamento social porque nos alerta para algumas mudanças sociais e culturais importantes que estão acontecendo neste final de século XX” (LYON, 1998, p. 09). O século XX é marcado por muitos contrastes, onde acontecimentos desastrosos dão a ideia de uma desertão social nunca ocorrida na História. Zigmund Bauman, filósofo contemporâneo, não utiliza o termo pós-modernidade, mas “Modernidade Líquida”. Em que os preceitos duros, sólidos e sedimentados da modernidade derreteram-se. (BAUMAN, p. 11, 2001).

ser questionadora do poder colonial europeu e revelar as novas realidades e possibilidades existentes no universo pós-colonial.

Segundo os autores Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1991) (apud Bonnici, 2009)<sup>11</sup>:

O pós-colonialismo compreende toda a cultura influenciada pelo processo imperial desde o início da colonização até a contemporaneidade. Independente de suas características especificamente regionais, a literatura pós-colonial é o resultado da experiência de colonização baseada na tensão com o poder colonizador (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN apud BONNICI, 2009, p.26).

A recuperação da identidade ou formação de uma nova identidade desvinculada da cultura do colonizador é ponto central dos movimentos de resistência. O contato com o outro (europeu) estabeleceu a diferenciação e o binarismo colonizado x colonizador e a partir desta classificação, segundo Ashcroft (2001) (apud Bonnici 2009, p. 53)<sup>12</sup>, legitimou-se a exploração e a missão civilizadora que perpetuou uma distinção cultural, pode-se dizer, hierárquica. O revide ou a resistência, de acordo com Bonnici em *Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais* (2009), atua como uma forma de “violência discursiva” na busca da reconstrução da identidade.

*Desonra* (2000) revela esta distinção criada pelo sistema colonial europeu na África do Sul e a situação atual, de uma sociedade que busca se reconstruir identitária e culturalmente, mas que ainda carrega as marcas da injustiça cometida contra ela. David e sua filha Lucy sofrem a violência de um grupo de homens negros, que ateiaram fogo em David e estupram Lucy, neste momento, Lucy sente a culpa por ser branca e “entende” que este é o “preço” a pagar por tantos anos de violência: “E se...e se esse for o preço que é preciso pagar para continuar? [...] Eles acham que eu devo alguma coisa. Se consideram cobradores de um débito [...]” (COETZEE, 2000, p.179). David, por outro lado, vê esta ação não como algo pessoal, mas social: “É a história falando por meio deles [...]. Uma história de exploração [...]. Pode ter parecido pessoal, mas não era. Vem de seus ancestrais” (COETZEE, 2000, p.178).

As produções literárias africanas modernas, pós-coloniais, portanto, assumem o caráter de denúncia e de indagação e questionamento frente à violência e segregação

<sup>11</sup> ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (org) (1991) apud BONNICI, Thomas (org). *Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais*. Maringá: Eduem, 2009.

<sup>12</sup> ASHCROFT, B. (2001) apud BONNICI, Thomas (org). *Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais*. Maringá: Eduem, 2009.

impostas durante o período colonial e o regime separatista apartheid. Para entender este contexto de resistência imposto nas produções artísticas africanas, deve-se conhecer a história do continente e, em especial, da África do Sul – país de origem do autor de *Desonra* (2000) e cenário da narrativa – com ênfase nos momentos marcados pela segregação racial e pós-apartheid que formam o contexto de produção da obra, objeto deste estudo analisada.

O período pós-colonial, muitas vezes, é uma pequena parcela da história dessa sociedade, assim a sua história anterior merece igual atenção e estudo, mesmo para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o período posterior às descolonizações, sem este estudo “[...] o termo ‘pós-colonialismo’ fica apenas um rótulo fabricado no exterior para o consumo indiscriminado e acrítico do ex-colonizado.” (BONICCI, 2009, p.23).

O colonialismo europeu na África, de acordo com o artigo *África: o despertar de um continente* (2009)<sup>13</sup>, de Lígia Maria L. Frutuoso e Sérgio T. Amaral, foi alvo de domínio e ocupação por diversos povos, principalmente pela sua diversidade cultural e natural, que com a colonização, agregou mais elementos particulares à sua história. O início do processo colonizador data do século XIV e XV e permaneceu até o século XX, realizado pelas potências europeias impulsionadas pela busca por matérias-primas e mão-de-obra e, posteriormente, também de mercado consumidor para o desenvolvimento do sistema industrial capitalista instaurado no continente europeu.

A exploração do continente africano se intensificou após as independências na América Latina quando as potências europeias passaram a dominar administrativamente as colônias na Ásia e na África. A partir do século XIX, inicia-se o processo conhecido como “neocolonialismo” do continente africano marcado pela “corrida à África”, com a disputa das grandes nações pelos territórios mais ricos em recursos minerais e naturais. Esse sistema colonial não permitia às colônias qualquer forma de acumulação interna e, com a Conferência de Berlim em 1884 a 1885 a qual dividiu o continente entre os principais países colonizadores seguindo os interesses políticos e econômicos de cada um e sem respeitar os limites étnicos dos povos já existentes, contribuiu para a exploração mais intensa do território.

A colonização da região da África do Sul não foi diferente, por ser um país com grande diversidade também sofreu com as explorações e divisões arbitrárias realizadas pelos colonizadores. A atração pelo domínio da região também se deve pela localização da

---

<sup>13</sup> FRUTUOSO, Lígia M.L.; AMARAL, Sérgio T. África: o despertar de um continente. In: ETIC – ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, n.05, 2009, Presidente Prudente. Anais. Presidente Prudente: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2009.

cidade do Cabo, que era um porto conveniente para quem vinha do ocidente rumo ao Oriente. A Companhia das Índias holandesa se instalou na região em 1652 e enviou o comandante Jan Van Riebeeck, que se desentendeu com os *Khoikhois* (ou chamados pelos holandeses como *bottentots*) e aprisionou os líderes do movimento iniciando definitivamente a colonização. Após a instalação das colônias, os colonizadores resolveram se diferenciar dos compatriotas holandeses, assim, intitularam-se *Boers* (que significa fazendeiros) ou *Afrikaaners* (africanos) que falam *afrikaan*.

Após disputas entre britânicos e holandeses pela região e a tomada das regiões ao norte pelos holandeses, no século XX, os brancos começaram a se preocupar com a maioria negra que foi privada de seus direitos e não poderiam mais sair das fazendas dos brancos e adquirir terras fora das reservas. Em 1943, o Partido *Herenigde party* e *Afrikaner party* dominaram o governo e em 1948, uniram-se para a criação do *National Party*, o Partido Nacional, com a instauração do apartheid. Este período de segregação obrigou os negros a sentar em bancos públicos separados, usar entradas de prédios e banheiros diferentes, foram proibidos de casar com os brancos e obrigados a carregar um passe permanente para o trânsito no país, que continha nome, identificação e etnia, além de serem remanejados para uma área longe do centro da cidade, as *homelands*. “A institucionalização da segregação tornou oficial e sujeitou a penalidades o descumprimento de várias leis racistas que separavam os homens e jogaram o país em um sistema de repressão e medo”. (BANDEIRA, 2008, p.03).

Os movimentos negros, neste período, intensificaram-se e reivindicavam politização e conscientização da população negra, muitos destes movimentos - dentre eles, o partido Congresso Nacional Africano (ANC), liderado por Nelson Mandela - atuavam na ilegalidade e eram reprimidos pelo governo. A situação da África do Sul envolveu as demais nações que juntamente com a Organização das Nações Unidas lutaram para acabar com o regime do apartheid. Em 1990, o atual presidente F. W. de Klerk discursou contra a segregação e, em 1994, deu-se o fim do regime com a primeira eleição multirracial do país na qual Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul.

No mesmo ano, iniciou-se a elaboração das *Comissões da Verdade e Reconciliação*. As Comissões foram formuladas para investigar e julgar os casos de Violação dos direitos humanos, Anistia e Reparação e Reabilitação das vítimas que sofreram atentados contra os direitos humanos, além da divulgação de trabalhos para evitar que futuras violações acontecessem novamente. No romance *Desonra* (2000), o autor faz menção às Comissões e o personagem principal, David Lurie, acusado de abusar sexualmente de sua aluna negra

Melanie, é julgado pelo Comitê de professores – que representam as ações buscadas pela Comissão - e obrigado a se desculpar. David se recusa e diz que não pode se desculpar de um ato que foi instintivo e que não será o “bode expiatório” da história, de uma história de anos de exploração então, apenas confirma o ato e pede que o julguem por estas ações.

Farodia Rassool interfere: ‘Ele se diz culpado, sim, mas quando tentamos chegar a coisas específicas, de repente não é mais o abuso de uma jovem que ele está confessando, mas apenas o impulso a que não pode resistir, sem qualquer menção ao sofrimento que provocou, sem qualquer menção à longa história de exploração de que isto tudo faz parte. Por isso é que eu digo que é inútil discutir com o professor Lurie. Devemos aceitar a declaração dele textualmente e fazer a nossa recomendação de acordo com ela’ (COETZEE, 2005, p. 64).

O peso de uma história de exploração que carregaram os negros durante o período colonial e após a independência ainda com a sujeição cultural, deve ser passado pelos brancos na nova sociedade. A alternância no poder, que beneficiou as minorias na África do Sul tem como projeto oficial a *Comissão: Verdade e Reconciliação - 1994* (Truth and Reconciliation Commission - TRC)<sup>14</sup>, que estabeleceu um pacto com as elites no poder para possibilitar a mudança na política, com a garantia de determinados direitos que seriam suspensos caso a tomada do poder acontecesse pela revolução.

O estabelecimento deste pacto preza o esquecimento do período de exploração para um recomeço. A atitude de Lucy após ser violentada condiz com a visão expressa pelo TRC, que visa à reconciliação entre brancos e negros, mas para isso, é necessário que o homem branco sinta-se deslocado como se sentiu o homem negro durante o período colonial. Lucy recebe esta afronta com o silêncio e demonstra o reconhecimento de seu “dever” como se representasse o *pharmakós* da história. Pois as desculpas coletivas não seriam mais uma forma de aliviar a punição, mas é necessário sentimento de arrependimento e o reconhecimento da necessidade de recomeçar.

Com este momento de perda e necessidade de reparação ética, Lloyd (2000) (apud Bonnici, 2005, p. 290), pode ser necessária uma “nova cultura e subjetividade acerca da reinvenção da tradição” (LLOYD apud BONNICI, 2005, 291)<sup>15</sup>. Assim, a solução encontrada no livro, seria a possibilidade de seguir não apenas com as disfunções do passado, mas com as potencialidades de “produzir e reproduzir a vida”, como faz Lucy ao

---

<sup>14</sup> CINTRA, Antônio O. As comissões de verdade e reconciliação: o caso da África do Sul. Brasília: Biblioteca digital da Câmara dos deputados, 2001.

<sup>15</sup> LLOYD, D. apud BONNICI, Thomas (org). Resistência e intervenção nas literatures pós-coloniais. Maringá: Eduem, 2009.

seguir em frente e casar-se com aquele que encomendou sua desgraça, um sentimento de culpa, mas também abertura para um recomeço:

É, eu concordo, é humilhante. Mas talvez seja um bom ponto para começar de novo. Talvez seja isso que eu tenha de aprender a aceitar, começar do nada. Não com nada, mas [...] Com nada. Sem cartas, sem armas, sem propriedade, sem direitos, sem dignidade. (COETZEE, 2000, p.231).

Os processos que envolvem o programa são criticados pelos personagens criados por Coetzee que não acredita nas reconciliações, mas alega que o provável futuro dos brancos é passar pelo mesmo sofrimento que foi empregado aos negros durante o apartheid, como um processo inevitável de recomeço e retomada que será empregado pelos colonizados em um ato de revolta e resistência a qualquer vestígio do poder colonial.

A narrativa de *Desonra* (2000) contém a noção de literatura e resistência, ao modo explicado por Bosi (2002). Para tratar do conceito de resistência, Bosi revisita a dialética das distinções de Benedetto Croce, segundo a qual ética e estética seriam de campos diferentes do conhecimento, mas, com a possibilidade de translação de sentido entre as duas esferas. Para que sejam interconectadas, é necessário que o autor se explore os valores da vida em sociedade – parte do tecido vivo de qualquer cultura. Interferindo diretamente no trato social, os valores estariam no fim da ação – como objetivo dela – e em seu princípio – como motivação. Essa interação entre os campos ético e estético garantiria, para o teórico, a vitalidade das esferas artísticas e teóricas e levaria o escritor a buscar por meio da literatura uma descolonização simbólica dos significados dominantes, conforme Santos:

Ao dar expressão à experiência do colonizado, os escritores pós-coloniais procuram subverter, tanto temática, quanto formalmente, os discursos que sustentaram a expansão colonial: os mitos de poder, raça e subordinação, entre outros. A literatura pós-colonial mostra as marcas profundas da exclusão e da dicotomia cultural durante o domínio imperial, as transformações operadas pelo domínio cultural europeu e os conflitos delas decorrentes. (SANTOS, 2005, p. 343)<sup>16</sup>.

O sentimento de impotência de David frente aos eventos ocorridos e a mudança de poderes enfrentada por ele e sua filha na nova sociedade pós-colonial representam uma forma de resistência expressa pelo autor na revelação desta nova sociedade e de novas

---

<sup>16</sup> SANTOS, Eloína Prati dos. Pós-colonialismo e pós-colonialidade. In: FIGUEIREDO, Eurídice. Conceitos de literatura e cultura . Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.



relações sociais enfrentadas pelas populações pós-coloniais. Após ser violentada e abusada sexualmente por três homens negros em sua propriedade, Lucy entende que este seria o único jeito de continuar, pois ela é uma estranha, uma estrangeira em um país no qual os brancos nunca pediram permissão para entrar. David, após o incidente, pensa que ainda tem sorte, poderiam estar mortos ou os bandidos poderiam ter levado ele e a filha junto. Mas David compreende que esse é um reflexo da história, uma consequência pelos anos de exploração e que é “Um risco possuir coisas [...] Gente de mais, coisas de menos. O que existe tem de estar em circulação, de forma que as pessoas possam ter a chance de ser felizes por um dia” (COETZEE, 2000, p.114). Enquanto David aconselha a filha a mudar e denunciar o estupro, Lucy aceita o filho do estupro e decide continuar na fazenda, pois a vida continua, assim, ela cumpre o seu dever.

Na narrativa, estes valores tomam um caráter ambivalente ao insinuar para uma desordem instaurada historicamente. O narrador ensaia uma redenção, implicitamente, pois a personagem apenas estaria cumprindo sua função para que a ordem do novo espaço não se alterasse. A resistência ético-política emergente, naquele contexto, narrada em *Desonra*, expressa um posicionamento do narrador, ao propor uma resistência no plano das opções narrativas e estilísticas, trazendo à tona a diversidade do continente.

Percebe-se, na literatura africana, a constante preocupação em elucidar sobre questões antes negadas, como a releitura sobre os diversos momentos da colonização, o resgate das questões culturais, míticas e religiosas, além da exploração do resultado do esvaziamento e da negação de valores e mitos locais praticados pelo contato com os colonizadores brancos e pela imposição da cultura ocidental. De acordo com Chidi Amuta, em *The Theory of African Literature* (1989), citado por Bandeira (2008),

[...] o romance africano, especialmente o romance moderno e contemporâneo, está preocupado com as realidades políticas da África que, após um passado de violenta opressão, encontra-se na luta da reconstrução pós-independência e tenta estabelecer um vínculo entre o passado mítico e o histórico. (AMUTA *apud* BANDEIRA, 2008, p.10).

A crítica africana, segundo Bandeira afirma que os escritores brancos não estariam capacitados a escrever e a expressar a realidade negra, seu mundo e suas lutas. A literatura africana seria aquela que busca estabelecer vínculos, (re) construir identidades próprias e recuperar suas tradições. A grande maioria dos autores sul-africanos, entretanto, segundo a pesquisadora, preocupa-se em retratar os conflitos entre colonizadores e colonizados, entre o branco e o negro. Sendo assim, se o autor é africano negro ou branco não importa, pois a contextualização de suas narrativas dentro de um quadro definido pela raça e pela posição

social é constante. Os escritores deveriam se preocupar em produzir uma arte engajada, que una a literatura ao comprometimento, para a denúncia dos horrores do apartheid. O autor Nkosi citado por Bandeira (2008), afirma que os leitores e a crítica sul-africana esperam ler em seus autores “protesto” e “comprometimento”. Os autores deveriam ser “socialmente responsáveis”, como uma “consciência da sociedade” e trariam à tona aquilo que a sociedade não vê ou não quer ver.

O escritor J. M. Coetzee situa-se entre uma crítica que desconsidera a sua produção e o acusa de não tratar dos problemas sociais do país diretamente e entre aqueles que leem a sua produção como uma forma de resistência e percebem, em *Desonra*, uma crítica aos anos de repressão e as tentativas de conciliação pós-apartheid. Coetzee nasceu em 1940, quatro anos antes da oficialização do apartheid na África do Sul, sociedade que antes da institucionalização do racismo já separava social e economicamente os grupos étnicos. Em seus livros autobiográficos, *Boyhood: Scenes from provincial life* (1997) e *Youth* (2002)<sup>17</sup>, o autor elenca os fatos de sua vida pessoal com as impressões causadas pelo regime. Logo no primeiro romance, já se revelam elementos da tensão entre os ingleses e os *afrikaners* e as relações desiguais e desumanas entre negros e brancos. Para o autor africano, havia um sentimento de intolerância e opressão pelo não-pertencimento ao grupo dos nativos ou dos europeus e por ser rejeitado por todas as comunidades que o cercavam. Criado em uma família de *afrikaners*, foi educado na língua e nos hábitos ingleses, o que o deixou em situação de conflito após a mudança de poder e também alterou o *status* de sua família, o que antes era desejado, agora se tornou motivo de perseguições.

Coetzee, ao contrário de muitos escritores que fazem denúncias diretas ao governo e às políticas vigentes como Brink, Breutenbach e Gordimer, segundo Marília Bandeira (2008), aponta críticas implícitas e por vezes, usa da linguagem ou altera os cenários para criticar determinadas ações. Por não abordar diretamente os problemas de seu país e do apartheid, o autor foi muito criticado e acusado de negar o “dever” dos artistas africanos: a denúncia e a luta contra a segregação e a violência racial. De acordo com David Attwell, no livro *Coetzee: South Africa and Politics of Writing* (1993)<sup>18</sup>, Coetzee possui uma visão pessimista quanto aos seus conterrâneos brancos, ele parece que só espera violência pelos anos de opressão causados aos negros. Este pessimismo o levou a escrever o romance analisado, *Desonra* (2000), que aborda essa polêmica discussão e, como consequência, lançou o autor em exílio voluntário na Austrália.

<sup>17</sup> Infância, 2010 e Juventude, 2005. Tradução para o português pela Companhia das Letras por Luiz Roberto Mendes Gonçalves e José Rubens Siqueira, respectivamente.

<sup>18</sup> ATWELL, David. *Coetzee: South Africa and Politics of Writing*. United States of America: University of California Press, 1993.

É importante pensar no autor e suas estratégias de elaboração narrativa, sendo assim, possível separar autor e narrador, pois que a figura que narra é elaboração ficcional. Vale lembrar a reflexão posta por Walter Benjamin (1994)<sup>19</sup>, sobre a figura do narrador. Para o teórico o narrador clássico distingue-se do narrador pós-moderno pelo fato de que o primeiro transmite sabedoria de vida, experiência, conselhos enquanto que a informação narrada pelo segundo “não transmite essa sabedoria porque a ação narrada por ele não foi tecida na substância viva da existência do narrador” (BENJAMIN, 1994, p. 46).

Em oposição a esta definição benjaminiana, Silvano Santiago (2002)<sup>20</sup>, aborda que a sabedoria transmitida pelo narrador pós-moderno está justamente no fato deste transmitir uma experiência alheia a dele. Assim, “ele é o puro ficcionista, pois tem de dar ‘autenticidade’ a uma ação que, por não ter respaldo da vivência, estaria desprovida de autenticidade. Esta advém da verossimilhança, que é produto da lógica interna do relato. O narrador pós-moderno sabe que o ‘real’ o ‘autêntico’ são construções de linguagem” (SANTIAGO, 2000, p. 46).

O narrador pós-moderno: “Não quer enxergar a si ontem, mas quer observar o seu ontem no hoje [...]. Ele delega a um outro, [...], a responsabilidade da ação que ele observa” (SANTIAGO, 2002, p. 56). A narrativa pós-moderna é o primado do *agora*. A construção do agora se dá por meio do olhar do observador a experiências cotidianas alheias às suas. Torna-se, então, a narrativa passível de generalização, que alimenta a vida cotidiana e cria a experiência narrativa. “Pelo olhar, homem atual e narrador oscilam entre o prazer e a crítica, guardando sempre a postura de quem, mesmo tendo se subtraído à ação, pensa e sente, emociona-se com o que nele resta de corpo e/ ou cabeça” (SANTIAGO, 2002, p. 59).

Ao que parece a crítica espera encontrar na obra de Coetzee, uma posição política assumida a ser desvelada em sua narrativa. Além da prática de escritor e crítico poderia se pensar o autor contemporâneo como um historiador que problematiza a história do passado, como um narrador pós-moderno.

Para o autor, o simples fato de viver em uma sociedade repleta da violência, o escritor não tem mais o poder de escrever sobre os demais temas da vida (COETZEE,

---

<sup>19</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

<sup>20</sup> SANTIAGO, Silvano. O narrador pós-moderno. In Nas malhas da letra: ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

1992 *apud* ATTWELL, 1993, p.13)<sup>21</sup>. Coetzee aponta a inversão do poder que, anteriormente, pertencia aos brancos e agora está nas mãos dos negros e quais as reações ou consequências dessa inversão, que para o autor, será a violência dos negros contra os brancos.

Para Bonicci (2009), a produção pós-colonial é uma forma de resistência e significa “[...] uma resposta à hegemonia eurocêntrica, ou seja, um revide à presunção britânica de existir uma condição literária normativa fechada da língua inglesa” (BONICCI, 2009, p.51). Assim, o crítico literário não deve analisar o texto na busca de uma característica imediata de resistência, mas “[...] analisar o texto literário em seu contexto histórico e ideológico” (BONICCI, 2009, p.51).

O romance de Coetzee, *Desonra* (2000), portanto, carece ser pensado como uma produção pós-colonial produzida em um “terceiro espaço cultural” (2003) como uma literatura de resistência que apresenta uma nova identidade cultural e social percebida na nova realidade da sociedade sul-africana pós-colonial de inversão de poderes e contextos de reconciliação. É também necessário compreender noções criadas em contextos de outridade, a exemplo do conceito de alteridade.

Para compreender alteridade é necessário pensar que este termo está relacionado com a relação entre o eu e o outro. Nesse sentido, é indispensável a percepção de que o eu só se define a partir do outro, da experiência com o outro, da troca com as culturas estranhas. Alteridade e autocompreensão ocorrem com a percepção e aceitação dos valores dos outros, em um processo dialógico no qual são desconsideradas as fronteiras, conforme aborda Bhabha (2003).

Segundo Thomas Bonnici (2000) o desenvolvimento da literatura pós-colonial se dá gradualmente. Primeiro havia as obras literárias produzidas por viajantes a serviço do colonizador, num segundo momento se percebe obras produzidas por nativos que haviam sido educados na metrópole, mas estes ainda não possuíam consciência autônoma, pois escreviam de acordo com o cânone literário da cultura colonizadora. Nessas leituras as diversas formas de alteridade: racial, cultural e histórica, foram marginalizadas, pois as mesmas se ocupavam da marginalização da diferença, constituindo-se o modo de representação da alteridade.

Esta reflexão sobre o Outro remete à reflexão sobre a noção ou conceito de identidade. Stuart Hall (2011), ao tratar sobre a identidade nacional argumenta que identidade não é algo com a qual o sujeito nasce. O teórico reporta-se a identidades, no

---

<sup>21</sup> ATTWELL, David. J.M. Coetzee: South Africa and the politics of writing. South Africa: David Philip Ltd, 1993.

plural, segundo o mesmo, as identidades são formadas e transformadas no interior da representação e as culturas nacionais são compostas por instituições culturais, tanto como por símbolos e representações, sendo as culturas nacionais um discurso – “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.” (HALL, 2011, p. 51).

Hall apresenta que a identidade nacional muitas vezes se baseia simbolicamente na ideia de um povo puro ou original, mas que, na maioria das vezes, não é esse povo primordial que, nas realidades do desenvolvimento, persiste ou exercita o poder. E, nesse sentido, o discurso da cultura nacional constrói identidades que são postas entre o passado e o futuro, se equilibrando entre o desejo de retorno ao passado e o impulso por seguir adiante em direção à modernidade.

A tentação de voltar ao passado perdido, no qual a nação era grande e de restaurar as identidades passadas muitas vezes atinge as culturas nacionais, constituindo o elemento regressivo e anacrônico da cultura nacional. Esse retorno ao passado frequentemente oculta uma luta de mobilização das pessoas por purificar “suas fileiras”, expulsando os “outros” que ameaçam sua identidade, e por preparar uma “nova marcha para a frente”, ressaltando as 63 particularidades que constituem o discurso da nação para poder disputar com outras nações e seus discursos de poder (HALL, 2011, p. 57). Os nacionalismos do mundo moderno são, dessa maneira, a expressão ambígua desse desejo por assimilar o universal e ao mesmo tempo ser constituído pelo particular, reinventando as nações pelo jogo duplo de um “universalismo através do particularismo e de um particularismo através do universalismo” (WALLERSTEIN, 1984 *apud* HALL, 2011).

Na desconstrução da cultura nacional, identidade e diferença dialogam e são apontados por Hall três conceitos que são considerados por ele como ressonantes daquilo que constitui a cultura nacional como sendo uma comunidade imaginada: as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança. O autor retoma Timothy Brennan (1990) para quem a palavra nação tanto se refere ao conceito moderno do que se conhece por estado-nação, quanto ao que engloba o termo *natio* – que seria uma “comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento.” (BRENNAN, 1990, p. 45). Assim, as identidades nacionais seriam a fusão dessas duas ideias de nação, confluindo a opção de ser membro do estado-nação político, quanto a de pertencer e se identificar com a cultura nacional. Mas, a ideia de unificação é transpassada pelo fato de dentro desse desejo de homogeneizar, existirem infinitas diferenças, como gênero, raça e classe, e, sendo assim, não se podem anular e subordinar as diferenças culturais, o poder da identidade

nacional, portanto, não é tão unificador quanto parece ser. Então a cultura nacional não é a pura ideia de união e unificação simbólica: é, sobretudo, uma estrutura de poder cultural e autoafirmação do colonizador sobre o colonizado.

No livro *O local da cultura* (2003), o autor analisa os esforços empreendidos pelos estudos culturais contra a opressão colonial, contra o espírito colonizado, contra a imposição do cânone, pois, mesmo que inconscientemente, essa soberania do cânone se sobrepõe à cultura do colonizado. Ao refletir sobre a necessidade de imbricamento cultural, Bhabha explica que o “inter” (espaço, lugar) traduz, em tempos atuais, o significado da cultura. As trocas culturais ocorrendo como uma negociação, histórias nacionais e antinacionais do povo, evitando dessa forma os binarismos e fazendo “[...] emergir como os outros de nós mesmos”. (BHABHA, 2003, p.69)

Sobre a relação colonizador/colonizado, Bhabha observa que a mesma está em profundo processo de redefinição, para ele evidencia-se o surgimento de noções transnacional e translacional do hibridismo. Para o autor, “o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o ‘novo’ que não seja parte do *continuum* de passado e presente. [...] O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver”. (BHABHA, 2003, p.27). Faz-se necessária, portanto, a integração cultural, pois as fronteiras entre casa e mundo, entre o privado e o público se confundem no contexto da contemporaneidade.

Bhabha explica que toda situação ou ideia impositiva sufoca necessidades espirituais e intelectuais. Nesses casos, a situação cultural de uma nação e de seu povo, em sua natureza interna, ocorre inconscientemente. Pode também haver uma literatura mundial enquanto categoria que se constitui pelo dissenso e pela alteridade cultural e, sendo assim, “[...] o estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções de alteridade [...]”. (BHABHA, 2003, p.33).

As culturas nacionais e a soberania do universalismo da cultura humana, até então detentoras dos interesses em estudos culturais, cedem lugar ao “estranho”, ao deslocado social, político e cultural.

[...] inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas, neste *fin de siècle*, encontramos-nos no momento de trânsito em que o espaço e o tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no ‘além’: um movimento exploratório incessante, o termo francês *au-delà*

capta tão bem – aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para a frente e para trás [...]. (BHABHA, 2003, p.19).

De forma que os binarismos devem ceder lugar para a diferença e a alteridade, sendo que estas ao construir um novo espaço cultural ou conhecimento teórico desconstroem a imagem do Ocidente.

Dessa maneira, “[...] as histórias transnacionais de migrantes colonizados ou refugiados políticos – essas condições de fronteira e divisas – passam ser o terreno da literatura mundial [...]”. (BHABHA, 2003, p.33). Ou seja, importa compreender o terceiro espaço, o entre-lugar da cultura e, dessa forma, a cultura da tradição passa para o segundo plano na produção literária e cultural.

[...] o que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. (BHABHA, 2003, p.20).

A percepção de um outro lugar, que pode ser denominado de “entre-lugar<sup>22</sup>”, tal como tratou Silviano Santiago (2000), pode ser entendido como o terceiro espaço tratado por Bhabha. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. “[...] o novo lugar de enunciação político e histórico transforma os significados da herança colonial nos signos libertários de um povo livre e do futuro” (BHABHA, 2003, p.20 e 68). Esta ideia é fundamental para que se compreenda que quando se está lendo uma literatura que fala sobre o outro, é necessário indagar ou refletir sobre quem escreveu, de onde vem a voz enunciativa na narrativa.

Bhabha observa que a partir do discurso do colonizador “[...] O outro é citado, mencionado, emoldurado, iluminado, encaixado na estratégia de imagem/contra-imagem de um esclarecimento serial. A narrativa e a política cultural da diferença tornam-se o círculo fechado da interpretação. O outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar

---

<sup>22</sup> “Entre-lugar” é um conceito tratado por Silviano Santiago, em ensaio intitulado “O entre-lugar do discurso latino-americano”, publicado no livro *Uma literatura nos trópicos* em 1978, que encontrou profícua legitimação no campo dos estudos literários e dos estudos culturais. Especialmente no campo da literatura, surgiu na América Latina, encontrando aí o *locus* de enunciação como mapa de resistência simultânea à assunção dos modelos europeus. O conceito elaborado a partir de um discurso crítico latino-americano pode iluminar reflexões sobre as produções literárias e culturais do pós-colonialismo.

seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional” (BHABHA, 2003, p.59).

Mesmo que o conteúdo da cultura colonizada tenha seu valor e seu lugar de destaque no cenário cultural, perde seu poder de significar diante da teoria crítica. Diante disso, Bhabha afirma que “[...] o que se requer é demonstrar um outro território de tradução, um outro testemunho de argumentação analítica, um engajamento diferente na política de e em torno da dominação cultural”. (BHABHA, 2003, p.60).

O entre-lugar da narrativa é a fronteira, onde passado e presente dialogam para que as personagens possam almejar, de alguma forma, sua sobrevivência, ou, em alguns raros casos, um futuro. No mesmo sentido, Bhabha, ao analisar a produção literária de Franz Fanon, disserta sobre sua ruptura da barreira do tempo de um “presente” culturalmente conluiado:

É o desejo de reconhecimento, ‘de outro lugar e de outra coisa’, que leva a experiência da história além da hipótese instrumental. Mais uma vez, é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como iteração. A re-criação do eu no mundo da viagem, o re-estabelecimento da comunidade fronteira da migração (BHABHA, 2003, p. 29).

Ao refletir sobre uma sensação de mudança, Bhabha, aborda sobre a instalação de uma ruptura subversiva em relação ao familiar e do binarismo proposto até então. Para ele ocorre a dispersão das bases tradicionais da identidade racial e quanto ao sujeito colonial, afirma que este é sempre sobredeterminado de fora, além de manter o desejo do outro e pelo outro. O outro deve ser compreendido como uma negação, pois a partir da diferença torna-se significativo embora que nunca é um Eu mesmo.

O sujeito colonial se constrói a partir do discurso do colonizador e este ao mesmo tempo em que reconhece, também repudia as diferenças de raça, cultura e história. Nesse caso o discurso colonizador, a partir do jogo de poder, produz o colonizado que, ao mesmo tempo, é real, mas também é invisível, é outro. Conforme Bhabha, “[...] o desejo pelo Outro é duplicado pelo desejo na linguagem, que fende a diferença entre o Eu e o Outro, tornando parciais ambas as posições, pois nenhuma é autossuficiente. [...]” (BHABHA, 2003, p. 84).

David questiona sua filha por viver naquele meio rural e por se sujeitar com as amigas que adquiriu, David não é como Lucy, ele tem pensamentos fixos e ideias ultrapassadas, “Sua cabeça se transformou em um refúgio de pensamentos velhos,



preguiçosos, indigentes, que não têm mais para onde ir. Devia livrar-se deles, varrer tudo. Mas não se dá ao trabalho, ou não se importa mais” (COETZEE, 2000, p.84). Mas Lucy orienta que o mundo que vivem é outro, “[...] pintar naturezas-mortas ou aprender sozinha a falar russo [...] não vão me ajudar a levar uma vida elevada” (COETZEE, 2000, p.86). E continua: “Porque não existe nenhuma vida mais elevada. A única vida que existe é esta aqui. Que a gente reparte com os animais” (COETZEE, 2000, p.86). Nesse mundo estranho David questiona: “Engraçado que ele e a mãe dela, urbanos, intelectuais, tivessem produzido esse retrocesso, essa sólida colona. Mas talvez não tenham sido eles que a produziram: talvez a história tenha um papel maior” (COETZEE, 2000, p.73).

## CONCLUSÃO

Os conhecimentos de David realmente não importam mais nesse mundo, na hora da invasão da casa de Lucy pelos três homens negros, David grita em diferentes idiomas para que o soltem, mas percebe que nada importa ali, percebe nesse momento, que são diferentes. Nem mesmo os processos “civilizatórios” da colonização conseguiram disfarçar essas diferenças, apenas as ressaltaram como uma deficiência e geraram anos de exploração e submissão. Silvano Santiago (2000) disserta que a partir do momento que a cultura europeia foi deslocada do topo, o discurso de uma colonização “passiva” foi desmitificado, “[...] a vitória do branco do Novo Mundo se deve menos a razões de caráter cultura do que ao uso arbitrário da violência e à imposição brutal de uma ideologia, como atestaria a recorrência das palavras “escravo” e “animal” (SANTIAGO, 2000, p.11):

Ele fala italiano, fala francês, mas italiano e francês de nada valem na África negra. [...] um alvo fácil [...] enquanto os selvagens combinam lá na língua deles como jogá-lo dentro do caldeirão de água fervendo. O trabalho missionário: que herança deixou esse imenso empreendimento enaltecedor? Nada visível (COETZEE, 2000, p.111).

Neste novo cenário, de alternância do poder é exposta com a decadência de David e de Lucy e a passagem dos bens de Lucy para Petrus, além de se subordinar a condição de ser sua “protegida”. O poder anteriormente pertencente aos brancos e descendentes de europeus, agora oscila para os negros, anteriormente submissos. Coetzee, ao pensar este novo cenário constrói uma narrativa de resistência de acordo com Bhabha, na medida que vai além de pensar as tradições ou buscar as origens da sociedade africana, mas orienta-se

pelo “além”, na atividade negadora, de perceber o estranho e demonstrar este processo de “estranhamento” que orienta as novas relações sociais interculturais. Lucy, a personagem feminina vive este “estranhamento” no momento que sua vida privada muda totalmente após a invasão da sua casa e os eventos externos e históricos misturam-se aos acontecimentos pessoais, David reconhece que o estupro tem raízes sociais e admite que é a “história falando por meio deles”, mas também afirma que “[...] seja o que for, o que está acontecendo com ela agora ficará gravado em pedra, pertencerá ao passado” (COETZEE, 2000, p.109).

Bhabha (2003) disserta que este momento do estranho: “[...] relaciona as ambivalências traumáticas de uma história pessoal, psíquica, às disjunções mais amplas da existência política” (BHABHA, 2003, p.32). David Lurie também se vê exposto quando julgado por abusar de sua aluna Melanie e percebe, ao ler a notícia nos jornais, que sua vida está aberta:

Ele dá de ombros. “Estamos vivendo tempos puritanos. A vida privada é assunto público. A libido é digna de consideração, a libido e o sentimento. Eles querem espetáculo: bater no peito, mostrar remorso, lágrimas se possível. Um show de televisão, na verdade. Eu não concordei (COETZEE, 2000, p.79).

A literatura de Coetzee está imersa nesse novo universo da “literatura mundial” que se foca nos movimentos e “deslocamentos sociais e culturais anômalos” (BHABHA, 2003, p.33). Para esta mundialização o autor se desfoca dos centros e culturas nacionais e universalismos para demonstrar como a literatura e os meios artísticos são usados de acordo com uma especificidade histórica, que de acordo com Bhabha (2003), também possui responsabilidades: “[...] o crítico deve tentar apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico” (BHABHA, 2003, p.34).

## REFERÊNCIAS

- ATWELL, David. **Coetzee: South Africa and Politics of Writing**. United States of America: University of California Press, 1993.
- AUGEL, Moema P. **O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura de Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamons, 2007.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

- BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- BONNICI, Thomas (org). **Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: Eduem, 2009.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CINTRA, Antônio O. **As comissões de verdade e reconciliação: o caso da África do Sul**. Brasília: Biblioteca digital da Câmara dos deputados, 2001.
- COETZEE, J. M. **Desonra**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FRUCTUOSO, Lígia M.L.; AMARAL, Sérgio T. África: o despertar de um continente. In: ETIC – ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, n.05, 2009, Presidente Prudente. Anais. Presidente Prudente: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2009.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: **Nas malhas da letra: ensaios**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- SANTOS, Eloína Prati dos. Pós-colonialismo e pós-colonialidade. In: FIGUEIREDO, Eurídice. **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.